

**MAG BALDER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO**

## COMPOSIÇÃO CARTEIRA

Composição da Carteira	31/03/2021	
	R\$(Mil)	%
Titulos Publicos	49.817,56	99,82%
LFT	38.907,02	77,96%
NTN-B	10.910,54	21,86%
Compromissada	0,00	0,00%
Contas a Pagar e Receber	91,13	0,18%
<b>Total</b>	<b>49.908,69</b>	<b>100%</b>
Futuros e Opções		
FUT DI	1.036,14	2,08%
FUT IND	3.543,09	7,10%
OPD IBOV	13,16	0,03%

### Patrimonio Líquido

**31/03/2021**

R\$49.921.855,29

## RENTABILIDADE LÍQUIDA

Período	Rentabilidade Líquida	Benchmark	Fundo X Bench
Março	-0,156%	1,19%	-1,35%

## RENTABILIDADE BRUTA

Período	Rentabilidade Bruta	Benchmark	Fundo X Bench
Março	-0,156%	1,19%	-1,35%

## VAR E VOLATILIDADE PARA O PERÍODO

Março 21		
VAR	Intervalo de confiança de 95% para 1 dia	0,35%
Volatilidade	Ex-post Anualizada	1,57%

## DESENQUADRAMENTOS ATIVOS NO PERÍODO

- Não Houve

# Cenário Macro

COVID-19: Ao final de março, o mundo totalizava mais de 127 milhões de infectados e de 2,8 milhões de óbitos. Desses totais, mais de 12,7 milhões de casos e de 321 mil mortes foram registrados no Brasil. A circulação de variantes mais contagiosas e a pressão sobre o sistema de saúde causaram uma forte elevação no número de óbitos em março. A média móvel de 7 dias (MM7D) alcançou o ponto máximo da série em 31 de março, registrando 2.976 mortes por dia. Apesar do cronograma de vacinação ainda confuso e com inúmeras postergações na entrega de imunizantes, o ritmo de vacinação avançou bastante no mês, saindo de uma MM7D de apenas 221 mil vacinas no primeiro dia do mês para 672 mil no último.

A tramitação da PEC Emergencial e do Orçamento elevaram o risco fiscal em março. Ainda que o pior cenário tenha sido contornado, o mercado reagiu negativamente a esses episódios. Na tramitação da PEC Emergencial no Senado, as negociações convergiram para a retirada do Bolsa Família do teto de gastos, o que acabou sendo contornado. Mas a desvinculação dos orçamentos com saúde e educação foram removidos do texto. Durante a tramitação do texto na Câmara, policiais reagiram ao fim das promoções e progressões anunciadas na PEC. Na sequência, Bolsonaro fez um aceno à classe, excluindo-os da medida. Obviamente o benefício teve que ser estendido a todos os servidores públicos, o que acabou desidratando ainda mais a PEC Emergencial. Com bastante atraso, o Congresso aprovou um orçamento inexequível para o ano corrente, nas palavras do Ministro Paulo Guedes. A proposta aprovada reduziu as estimativas de gastos obrigatórios do governo federal, e aumentou os valores das emendas parlamentares. Dessa forma, para cumprir o teto para o crescimento do gasto público, o Executivo teria de reduzir os gastos discricionários em aproximadamente 46 bilhões de reais, o que inviabilizaria o funcionamento do governo, promovendo uma total paralisação da máquina pública. O senador Marcio Bittar, relator do orçamento, propôs cancelar R\$ 10 bilhões em emendas, o que não resolve o problema. Até o final do mês, as soluções apresentadas para resolver o impasse envolviam um veto do presidente, que certamente não será bem aceito entre os parlamentares, ou a aprovação de créditos extraordinários. Ainda era aguardada a manifestação do TCU. Vale destacar que a desobediência de uma regra constitucional pode levar o presidente a sofrer um impeachment.

Ainda na esfera política, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todas as condenações do ex-presidente Lula pela Justiça Federal no Paraná relacionada às investigações da Operação Lava Jato. Ele não inocentou o ex-presidente, mas considerou que a 13ª Vara de Curitiba não tem competência para julgar o caso do triplex no Guarujá. Os processos serão analisados pela Justiça Federal do Distrito Federal, e Lula se torna novamente elegível até que um veredito contrário do novo foro. A Procuradoria Geral da República recorreu e o caso será levado a plenário, que deve manter o resultado. Desde a anulação, Lula fez várias aparições na mídia e tem adotado tom agressivo contra o presidente Jair Bolsonaro. A discussão sobre as eleições presidenciais de 2022 foram naturalmente adiadas e, ainda que exista um longo caminho até lá, com a possibilidade de novos desdobramentos e surgimento de novos atores políticos, acreditamos que o cenário base hoje é de um segundo turno entre o atual e o ex-presidente.

A intenção do ministro Fachin era a de tentar preservar os demais casos da Lava Jato, evitando que fosse decretada a suspeição do ex-juiz Sergio Moro. Entretanto, por 3 votos a 2, a 2ª Turma do STF julgou que Sergio Moro atuou de forma parcial no processo do triplex contra o ex-presidente Lula. Com a decisão, o colegiado anulou todo o processo, que precisará ser retomado da estaca zero pelos investigadores. As provas já colhidas serão anuladas e não poderão ser usadas em um eventual novo julgamento. A decisão não traz impacto direto a outros casos da Lava Jato, pois o pedido de suspeição foi feito pela defesa de Lula em relação ao processo do triplex do Guarujá. No entanto, indiretamente, a suspeição de Moro pode afetar outros processos, pois abre caminho para que outros réus condenados pelo ex-juiz também entrem com pedidos de parcialidade no STF em processos que tenham sido julgados pela 13ª Vara Federal, em Curitiba. A Procuradoria-Geral da República (PGR) solicitou ao presidente do Supremo, Luiz Fux, que a decisão sobre a suspeição do ex-juiz Moro seja levada ao plenário da Corte.

O aumento do risco fiscal em um contexto de pressão inflacionária mais forte e persistente do que o esperado, aliado ao risco inflacionário nos países desenvolvidos, levou o Banco Central a iniciar o ciclo de alta de juros com uma elevação de 75 bps na Selic, acima da aposta majoritária de 50 bps. O Comitê ainda anunciou uma nova alta da mesma magnitude na próxima reunião, em caso de manutenção das projeções de inflação e do balanço de riscos. Na ata da reunião, divulgada na semana seguinte, o COPOM mostrou um tom bastante otimista com atividade, a despeito do recrudescimento da pandemia, o que reforça o viés de manutenção do ciclo de aperto monetário. Após a decisão o mercado passou a precificar aumentos maiores do que 75 bps nas próximas reuniões, embora o presidente Roberto Campos Neto tenha reforçado a predileção pelos 75 bps em maio.

Em fevereiro o IPCA avançou para 0,86%, a maior alta para o mês desde 2016. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta em fevereiro. O maior impacto no índice do mês (0,45 p.p.) veio dos Transportes (2,28%) e a maior variação, da Educação (2,48%), com destaque para a alta nos preços dos combustíveis e para o reajuste sazonal nas promovido pelas instituições de ensino. Juntos, os dois grupos contribuíram com cerca de 70% do resultado do mês. No ano, o IPCA acumula alta de 1,11% e, em 12 meses, de 5,20%, acima dos 4,56% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

O IPCA-15 subiu 0,93% em março, maior resultado para o mês desde 2015. Também no IPCA-15, das nove classes de despesa, oito apresentaram alta. O maior impacto (0,76 p.p.) e a maior variação (3,79%) vieram dos Transportes, que aceleraram em relação ao resultado de fevereiro (1,11%). O segundo maior impacto veio de Habitação (0,71%), que contribuiu com 0,11 p.p. no resultado do mês. A alta dos combustíveis segue pressionando a inflação doméstica. No grupo Habitação, a alta de outro item administrado pelo décimo mês consecutivo, o gás de botijão, foi responsável pela aceleração dos preços. No ano o IPCA-15 já alcança alta de 2,21% e, em 12 meses, o índice acumula alta de 5,52%, acima dos 4,57% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores.

A produção industrial cresceu 0,4% em janeiro, na comparação mensal, e 2,0% quando comparado com o mesmo mês de 2020. Após nove meses de alta, o setor acumulou crescimento de 42,3%, eliminando a perda de 27,1% registrada entre março e abril, que havia levado a produção ao nível mais baixo da série. Nos últimos 12 meses a produção ainda apresenta queda (-4,3%), mas mantendo a redução na intensidade de perda frente aos resultados dos meses anteriores.

As vendas no varejo recuaram 0,2% em janeiro, após queda de 6,2% em dezembro, ambos na comparação mensal. Entretanto, na comparação interanual o varejo apresentou a primeira queda após sete altas consecutivas: -0,3% em relação a janeiro de 2020. O acumulado nos últimos 12 meses ficou em 1,0%, próximo ao de dezembro (1,2%).

No varejo ampliado, que inclui Veículos, motos, partes e peças e Material de construção, o volume de vendas caiu 2,1% na comparação com dezembro, pressionado pela queda nas vendas de Veículos. Em relação a janeiro de 2020, o varejo ampliado caiu 2,9% e, nos últimos 12 meses, o recuo é de 1,9%.

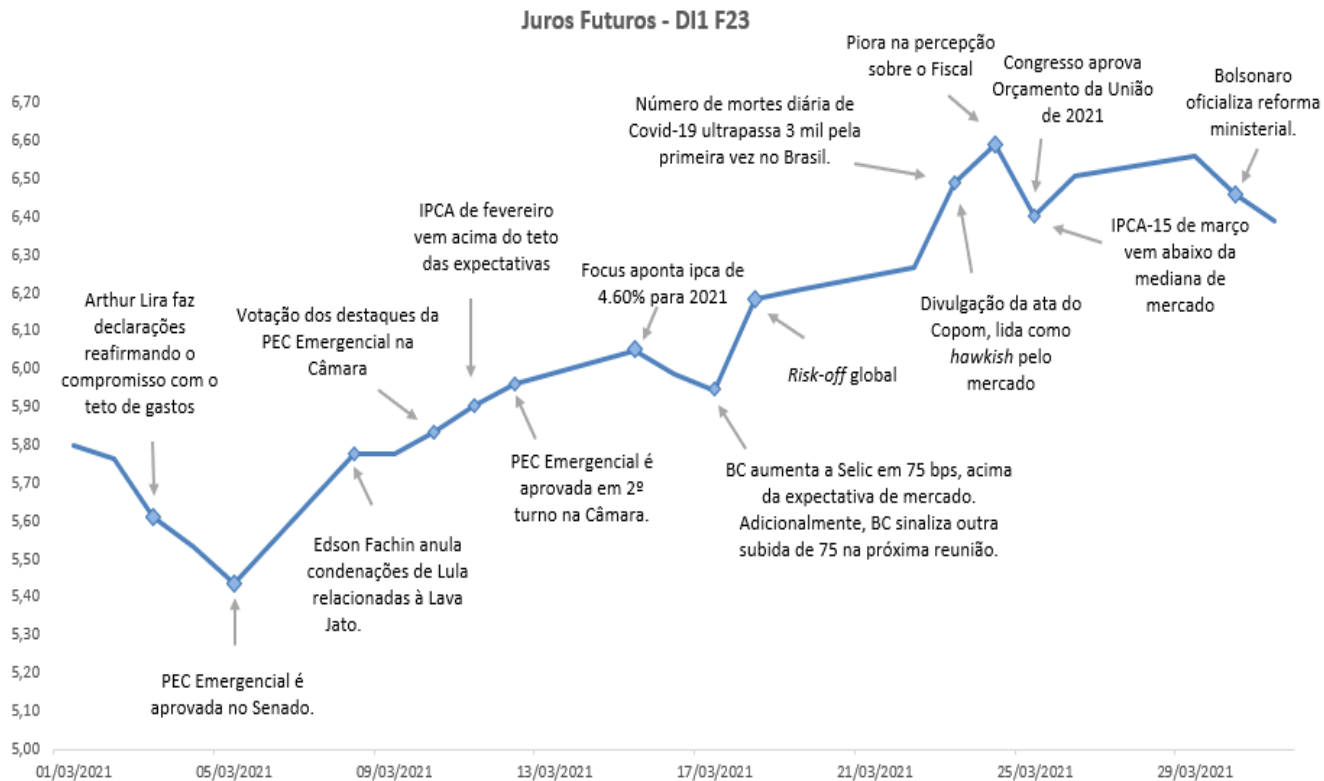
Em janeiro de 2021, o volume de serviços no Brasil avançou 0,6% frente dezembro de 2020 (0,0%), na comparação mensal. Em relação a janeiro de 2020, o setor recuou 4,7%, a décima primeira taxa negativa seguida na base interanual. A queda de 8,3% no acumulado em doze meses revela o resultado negativo mais intenso da série histórica, iniciada em dezembro de 2012, além da manutenção da trajetória descendente iniciada antes mesmo da pandemia, em janeiro do ano passado (1,0%).

Em fevereiro de 2021, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$11,8 bilhões, ante déficit de R\$20,9 bilhões no mesmo mês de 2020. O déficit primário do governo central atingiu R\$22,5 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais foram, na ordem, superavitárias em R\$10,5 bilhões e R\$212 milhões. No acumulado do primeiro bimestre, o resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$46,6 bilhões, ante superávit de R\$35,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. A Dívida Líquida do Setor Público alcançou 61,6% do PIB em fevereiro, elevando-se em 0,2 p.p. no mês. Já a Dívida Bruta do Governo Geral subiu 0,6 p.p. e alcançou 90,0% do PIB.

O déficit em transações correntes totalizou US\$2,3 bilhões em fevereiro de 2021, ante déficit de US\$4,7 bilhões em fevereiro de 2020. A redução no déficit decorreu das retrações de US\$2,7 bilhões e de US\$0,9 bilhão nas despesas líquidas de renda primária e de serviços, respectivamente, enquanto o superávit comercial recuou US\$1,3 bilhão. Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US\$9,0 bilhões em fevereiro de 2021, ante US\$2,6 bilhões observados em fevereiro de 2020. Nos doze meses encerrados em fevereiro de 2021, o IDP totalizou US\$39,8 bilhões (2,75% do PIB), ante US\$33,4 bilhões (2,31% do PIB) no mês anterior e US\$65,0 bilhões (3,57% do PIB) em fevereiro de 2020. Os investimentos em carteira no mercado doméstico totalizaram ingressos líquidos pelo nono mês consecutivo, somando US\$3,6 bilhões em fevereiro de 2021, dos quais US\$822 milhões em ações e fundos de investimento e US\$2,8 bilhões em títulos de dívida. Nos doze meses encerrados em fevereiro de 2021, os investimentos em carteira no mercado doméstico somaram ingressos líquidos de US\$3,2 bilhões, primeiro valor positivo (para o acumulado em doze meses) desde julho de 2018.

O saldo das operações de crédito do SFN alcançou R\$4 trilhão em fevereiro, aumento de 0,7% no mês, distribuído entre as carteiras de pessoas jurídicas (saldo de R\$1,8 trilhão e variação de 0,6%) e de pessoas físicas (R\$2,3 trilhões, 0,8%). O crescimento em doze meses alcançou 16,1%, resultado principalmente da expansão de 22,9% no crédito às empresas, com o crédito às famílias variando 11,3%. O crédito livre a pessoas jurídicas alcançou R\$1,1 trilhão, acréscimo de 1,2% no mês, com destaque para as modalidades de desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas de cartão, aquisição de veículos, ACC e financiamento a exportações. O crédito livre para pessoas físicas totalizou R\$1,2 trilhão (0,7% no mês), o aumento observado nas modalidades de crédito pessoal (consignado e não consignado). No crédito direcionado, o saldo de pessoas jurídicas recuou 0,2% no mês. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$1 trilhão (0,9% no mês), com destaque para os aumentos no rural e imobiliário. As concessões totais de crédito somaram R\$313,9 bilhões em fevereiro, correspondente a uma alta de 6,0% na comparação mensal.

# Comportamento da Curva de Juros



# MAG | Considerações Legais

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários.

As análises aqui apresentadas são frutos de avaliações estatísticas e, portanto, estão sujeitas às imprecisões dos modelos adotados.

Esse relatório possui caráter meramente informativo, e a responsabilidade pela interpretação dos dados aqui apresentados cabe exclusivamente a seu usuário.

Nenhuma das informações aqui contidas pode ser interpretada como sugestão de investimento ou de desinvestimento.



**MAG**

INVERSIONES

GRUPO MONGERAL  AEGON